

**INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DESIGUALDADE EDUCACIONAL NO BRASIL
(2020–2025): DESAFIOS CONSTITUCIONAIS EM UM CONTEXTO NEOLIBERAL**

Marília Maria de Souza Coêlho¹, Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho²

Resumo: O presente estudo explora os impactos do acesso desigual às tecnologias de Inteligência Artificial (IA) na educação brasileira, especialmente entre 2020 e 2025, período marcado pela intensificação do ensino remoto e pela expansão de plataformas digitais após a pandemia de COVID-19. A IA tem sido apontada como uma ferramenta de inovação e personalização do ensino, porém sua adoção ainda é restrita nas escolas públicas, enquanto instituições privadas ampliam seu uso, acentuando desigualdades educacionais. Esse cenário reflete a lógica neoliberal, que condiciona o acesso a bens e serviços à capacidade de pagamento, ampliando desigualdades socioeconômicas já existentes. Diante disso, a pesquisa surge a partir de tal questionamento: de que forma o acesso desigual à IA na educação brasileira pode reforçar desigualdades socioeconômicas e tensionar direitos constitucionais? Através de tal questionamento, foi possível estabelecer a hipótese de que, em um contexto neoliberal, a ausência de políticas públicas inclusivas tende a restringir o acesso igualitário às tecnologias educacionais, comprometendo a efetividade do direito à educação e à igualdade previstos na Constituição Federal de 1988. A pesquisa foi desenvolvida sob a óptica do método Crítico-dialético, que busca compreender as contradições sociais produzidas pela relação entre o acesso às tecnologias educacionais e a lógica neoliberal. Utiliza-se abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e documental de artigos científicos, relatórios oficiais e marcos normativos, a fim de identificar como a IA pode tanto potencializar quanto restringir o acesso a uma educação de qualidade. Os resultados preliminares indicam que a ausência de políticas públicas efetivas de inclusão digital compromete a democratização da tecnologia educacional e reforça o abismo entre redes de ensino público e privado. Conclui-se que a regulação estatal e investimentos em

¹ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Regional do Cariri, integrante do Laboratório de Análise de Conflito Constitucional Socioeconômico (LACÔNICO), vinculada à Linha 1 - Neoliberalismo, Conflitos Constitucionais Socioeconômicos e Estado de Exceção Subjetivo, e-mail: marilia.coelho@urca.br

² Professor do Departamento de Direito, pesquisador-coordenador do Laboratório de análise de conflito constitucional socioeconômico – LACÔNICO/URCA, pesquisador do Grupo de estudos e pesquisas em Direitos humanos fundamentais – GEDHUF/URCA, pesquisador do Grupo de Análise de Políticas Públicas Intersetorial – GAPPI/UFRN. e-mail: djamiro.aciprestes@urca.br

X SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA
XXVIII SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA URCA
10 a 14 de NOVEMBRO de 2025

Tema: “UNIVERSIDADE E SOCIEDADE NA AGENDA 2030”



infraestrutura são indispensáveis para que a IA cumpra um papel inclusivo, em conformidade com os princípios constitucionais da igualdade de oportunidades e da universalização da educação.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Educação. Desigualdade Educacional. Neoliberalismo. Inclusão Digital.